



## Questões de gênero: memória e narrativas de mulheres jornalistas em Belo Horizonte<sup>1</sup>

André Luiz Silva<sup>2</sup>

Juniele Rabêlo de Almeida<sup>3</sup>

Centro Universitário Newton Paiva, Belo Horizonte, Minas Gerais.

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo investigar as relações de gênero a partir de um estudo sobre mulheres jornalistas. Por meio dos procedimentos da *história oral*, o trabalho revela narrativas de mulheres que ingressaram, entre as décadas de 1960 e 1970, no mercado jornalístico da cidade de Belo Horizonte. Tais narrativas apontaram subjetividades e identificações coletivas, evidenciando o processo de construção de memórias e histórias.

**Palavras-chave:** História Oral; Gênero; Jornalismo; Memória; Belo Horizonte.

### 1. Introdução

Este artigo tem como finalidade analisar as relações de gênero a partir das trajetórias de três mulheres jornalistas - Hélia Ventura, Dinorah do Carmo e Genoveva Ruisdias – ingressantes nas redações belo-horizontinas nas décadas de 1960 e de 1970. A partir destas narrativas e utilizando dos métodos da *história oral de vida*<sup>4</sup> é possível identificar subjetividades e identificação coletivas, bem como trazer à tona memórias e experiências sociais, muitas vezes esquecidas ou, simplesmente, desconhecidas:

Na maior parte às vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho [Bergson], é trabalho. (...) A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, a nossa disposição. (BOSI, 1994, p. 55)

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Intercom Junior, na Divisão Temática de Comunicação, Espaço e Cidadania, do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Pesquisa orientada pela professora Juniele Rabêlo de Almeida.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação, 6º período do Curso de Jornalismo do Centro Universitário Newton Paiva/Belo Horizonte, e-mail: [andre.alvaresesilva@gmail.com](mailto:andre.alvaresesilva@gmail.com)

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo do Centro Universitário Newton Paiva; Mestre em História e Culturas Políticas - UFMG; Doutoranda em História Social - USP; Pesquisadora do Núcleo de Estudos em História Oral NEHO-USP, e-mail: [junielerabelo@gmail.com](mailto:junielerabelo@gmail.com)

<sup>4</sup> Sobre *história oral de vida*, ver: MEIHY, José Carlos Sebe. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.



A memória, segundo POLLACK (1989), é marcada pelo tempo presente em sua dinâmica social, revelando lembranças e esquecimentos em múltiplas dimensões. A *história oral* busca, assim, registrar a memória viva, construindo uma imagem abrangente e dinâmica do vivido a partir de um processo de pesquisa. Dessa forma, de acordo com MEIHY (1996), a entrevista sem projeto não é história oral:

História oral é um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e continuam com a definição de um grupo de pessoas (ou colônia) a serem entrevistadas, com o planejamento da condução das gravações, com a transcrição, com a conferência do depoimento, com a autorização para o uso, arquivamento e, sempre que possível, com a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas (MEIHY, 1996, p. 15).

O presente estudo não procura confrontar “verdades” com “mentiras”, mas identificar aspectos que permitam trazer à tona memórias e experiências sociais, muitas vezes esquecidas ou, simplesmente, desconhecidas. A construção narrativa indica elementos da memória individual e da memória coletiva. A memória individual ganha sentido em história oral quando se insere no conjunto social das demais memórias. Como suporte da história oral, as memórias são projetadas na imaginação e materializadas na representação verbal:

Memória e transmissão de experiências são faces diferentes de um único cristal que inclui a História. A memória é retenção do passado atualizado pelo tempo presente. Articula-se com a vida através da linguagem, que tem na narrativa uma de suas mais ricas expressões (NEVES, 2006, p. 59).

Em meio as comemoração dos 200 anos da imprensa no Brasil, inúmeras questões acerca do início e, principalmente, do desenvolvimento desta imprensa foram suscitadas. Frente às múltiplas possibilidades, emergiu o interesse de perceber e reconhecer a participação das mulheres neste processo.

## **2. Mulheres jornalistas: história oral de vida**

A pesquisa contou com operações práticas em *história oral*: elaboração do projeto, definição do grupo a ser entrevistado, gravação das entrevistas, transcrição, autorização das colaboradoras, arquivamento do material e análise das entrevistas. Sobre a análise do material, vale ressaltar que “interpretar é sempre um risco”:



Interpretar é sempre um risco. As análises são transitórias, incompletas e contingenciais [...] O exercício de interpretar é sempre mostrar uma forma de ver o assunto. [...] Além disso, a interpretação de uma história de vida ou de evento é resultado da relação estabelecida pelo pesquisador com o assunto pesquisado. Por isso, ela pode ser diferente da interpretação de outros pesquisadores ou mesmo daquela que os narradores faziam de sua própria história. Isso porque cada um interpreta algo usando as ferramentas e referências presentes em seu próprio mundo. (RIBEIRO, 2007, p.217)

As interpretações ou leituras aqui expostas partem das experiências rememoradas por três mulheres jornalistas, em um instigante trabalho de *história oral de vida*. As narrativas apontam importantes questões sobre a imprensa belorizontina, principalmente, no que diz respeito às relações de gênero e à trajetória feminina.

Ainda antes de discorrer, efetivamente, sobre os depoimentos e as observações de campo, vale lembrar que o assunto norteador é a relação homem-mulher na profissão de jornalismo a partir dos procedimentos da *história oral de vida*:

Uma história de vida dever contemplar alguns aspectos gerais do comportamento social dos colaboradores. Questões como a vida social, cultural, situação econômica, política e religião devem compor a história de quem é entrevistado. De igual relevância é o alcance possível de ser feito em termos de vida privada e vida pública. (Meihy, 2005, p. 151)

Duas das colaboradoras que participaram da produção deste trabalho de história oral são oriundas de cidades do interior de Minas Gerais e vieram para Belo Horizonte com a finalidade de estudar. Essa migração do interior para a capital é o resultado da revolução feminina no século XX (ROCHA, 2004), e das conseqüentes alterações no modo de vida dessas mulheres:

Eu tinha que sair de Santo Antônio do Itambé! Minha mãe não queria deixar, mas eu falei: “vou estudar, não tem como eu ficar aqui”. (Hélia Ventura)

Eu nasci em Santo Antônio do Monte, uma cidade do Centro Oeste de Minas, perto de Bom Despacho, Divinópolis, Formiga. (...) Vim pra Belo Horizonte com a finalidade de estudar, de ampliar meus conhecimentos. (Dinorah do Carmo)

Hélia Ventura e Dinorah do Carmo disseram que o gosto pela escrita foi o principal motivo que as levaram a escolher o jornalismo como ideal de vida. Entretanto, apenas Hélia assinalava a escolha ainda na infância:



Desde pequena, eu queria ser jornalista. Meu pai queria que eu fosse advogada. Ele achava que eu seria uma excelente advogada. Eu não queria ser advogada. Nasci no interior, nem tinha faculdade. Eu gostava de escrever, sempre gostei. Não gostava de escrever sobre poesia, eu queria escrever sobre as coisas que estavam acontecendo. (...) Foi uma coisa sentida. Não fui instruída, nem educada para ser jornalista. Eu gostava de estar sempre atualizada. Quando fui para outra cidade que não tinha rádio, não tinha televisão, não tinha nada e não chegava jornal, onde fui obrigada a morar, porque minha família era dessa cidade, na época eu tinha 20 anos, foi a pior situação que passei na minha vida. Imagina, viver em um lugar sem saber o que está acontecendo no mundo. (...) Era o jornalismo que eu queria para o meu futuro. (Hélia Ventura)

Dinorah do Carmo, no entanto, teve o incentivo da família para seguir uma outra carreira - a de atriz. Este incentivo, em especial de sua tia que escrevia peças teatrais, fez com que desde pequena ela titubeasse entre o jornalismo e o teatro. No fim, a crença no retorno financeiro que o jornalismo poderia lhe dar foi determinante para a escolha da carreira:

Sempre fui muito voltada para o estudo. Minha família, minhas tias cultivavam muito a vida intelectual. Meu pai, embora não tivesse estudo, a não ser o curso primário, mas ele gostava muito de ler. Ele era comerciante. Ele era autodidata, lia muito, incentivava muito os filhos a serem alguém na vida, através da leitura, dos estudos. E eu revelei tendência para o jornalismo, acredito eu, desde os tempos do curso primário, tanto para o jornalismo, quanto para o teatro, porque eu gostava muito de declamar poesia, participava muito dos teatrinhos escolares. (...) Eu gostava muito dessa parte de redação, de escrever, de pesquisar na biblioteca. Gostava muito de escrever no jornalzinho mural que nós tínhamos no terceiro e quarto ano primário. (...) Eu queria abraçar uma profissão de que eu gostasse muito e que me desse algum dinheiro. (...) O teatro foi muito importante pra mim. Foi um período de vida muito importante pra mim. Mas três peças tinham satisfeito meu lirismo, meu idealismo, meus sonhos de atriz. O teatro não dá nenhum dinheiro e jornalismo dá algum, então, vou para o jornalismo, que eu tenho todas as qualidades para ser uma boa jornalista. (Dinorah do Carmo)

Porém, ela não abandonou o teatro totalmente. Ainda durante o período do seu curso de jornalismo, de 1971 a 1974, ela trabalhou como crítica de teatro no jornal *Estado de Minas*. Uma forma de comungar as duas paixões:

Antes de me formar, durante meu curso de jornalismo, eu já era crítica do *Estado de Minas*, no segundo caderno, cultural. Era o famoso segundo caderno do *Estado de Minas*. Que hoje tem outro nome, Cultura. Eu fui crítica de 1971 a 1974. Foi durante os quatro anos do meu curso de jornalismo. (Dinorah do Carmo)



Tal relato remete à reflexão feita por BESSE (1999). Segundo o autor, até a metade do século XX, as mulheres tinham alguns postos socialmente aceitos, entre eles escritora, poeta, jornalista, artista e musicista. Tal aceitação era válida por estas funções estarem ligadas às artes, por terem um horário flexível, permitindo às mulheres realizarem também o trabalho doméstico; por não terem remuneração regular, por não serem funções ameaçadoras ao homem, e por preservar a delicadeza, sensibilidade e autenticidade da mulher. Não obstante, a terceira colaboradora, Genoveva Ruisdias, nascida em Belo Horizonte, atribui a escolha pela profissão a uma “hereditariedade inconsciente”:

(...) Meu pai tinha sido jornalista quando jovem. Ele sempre foi boêmio. Tinha um lado boêmio. E eu também puxei esse lado de boêmio dele. Eu não sabia que ele tinha sido jornalista quando jovem. E quando eu manifestei a minha vontade de fazer curso de jornalismo, foi o primeiro que questionou: “Ah! Não pode, porque é uma vida de boêmio. Isso não é profissão”. E eu tinha uma vizinha que era professora de português na faculdade onde tinha o curso de jornalismo, na UFMG. A Faculdade de Filosofia era perto da minha casa, inclusive. Ela também achava que era uma profissão que não dava futuro pra ninguém. Disse uma série de preconceitos. Mesmo assim, eu fiz o vestibular para jornalismo em 1967, mas com a promessa de nunca exercer a profissão. (Genoveva Ruisdias)

Outra profissão caracteristicamente feminina que entrelaçam as histórias de vida das depoentes é a de professora. Para PUGLIESI (1999), o magistério, a enfermagem, o emprego doméstico e outras áreas compunham, ou ainda compõem, os tradicionais nichos femininos. Isso é claro no caso de Genoveva, em que seu pai não reconhece o jornalismo como uma profissão digna - apesar de ter exercido a profissão. Por que este pai rejeitou a escolha da filha? Não seria pelo fato dela ser mulher? A falta de compreensão do pai fez Genoveva Ruisdias passar pelas salas de aula antes de assumir o jornalismo como ideal de vida:

(...) eu passei no vestibular, mas eu tive que trancar a matrícula, porque eu estava dando aula. Eu tinha feito curso normal, e comecei a dar aula para grupo escolar. Estava adorando ser professora. E era mais ou menos no mesmo horário, durante o dia. Então ficava impossível de conciliar as duas coisas. O fato de ser professora primária e fazer curso superior de jornalismo. Então, eu tranquei a matrícula por dois anos. (Genoveva Ruisdias)

Contudo, o estímulo para voltar à faculdade e fazer o curso de jornalismo veio dos próprios alunos, ou mais especificamente, de um que, na intenção de provocá-la, acabou despertando nela a vontade de retomar a idéia de cursar jornalismo e mudar os rumos da sua vida:



Depois de dois anos, eu ia ser jubilada, porque eu não podia ficar mais tempo com a matrícula trancada. Então, eu resolvi voltar, estimulada por um aluno meu. Eu lecionava para o 4º ano primário. E os meninos, naquela época, tinham mania de fazer homenagem para a professora, fazer um programa estilo ‘esta é a sua vida’. Eu morava perto do grupo e eles foram a minha casa pegaram meus retratos antigos com a minha mãe, que era viva na época. Então, eles ficaram sabendo que eu tinha feito vestibular para jornalismo, só que tinha trancado a matrícula. Tinha um aluno, eu não esqueço dele, era um menino muito danado, o mais ‘pintão’ da sala. E ele falou: “A senhora vai ser professora a vida inteira? A senhora não vai fazer curso de jornalismo? A senhora passou no vestibular e não vai fazer o curso?” Então eu comecei a pensar: “Uai gente, mas porque eu fiz vestibular então? Então vou fazer meu curso.” E comecei a fazer o curso em 1969. (Genoveva Ruisdias)

Essa turma da qual participou Genoveva, foi a primeira turma da Universidade Federal de Minas Gerais com o curso reconhecido. Na época, existiam pouco mais de sete faculdades de jornalismo no país, sendo que a primeira foi a Fundação Cásper Líbero em São Paulo, em 1947. Dinorah do Carmo, assim como Genoveva Ruisdias, lecionou para crianças antes de graduar-se em jornalismo. Porém, Dinorah não gostava de dar aula:

Eu vim para Belo Horizonte em 1967, para fazer biblioteconomia para magistério primário, um curso de especialização dentro do magistério, de organização de bibliotecas. Eu sempre gostei muito de leitura, mas eu não gostava muito de regência de classe, embora me achassem boa professora, mas eu não gostava. Eu ficava muito tensa, muito preocupada com aqueles alunos que não conseguiam acompanhar o ritmo dos outros. Então, eu fazia o que podia dentro da sala de aula. Tinha muito poder de comunicação, mas eu mesma não gostava de dar aula, achava uma coisa extremamente cansativa. Preparar aula todo dia, plano de aula, não gostava muito. É porque os meus apelos eram outros. O jornalismo me chamava. (...) Eu não queria ficar enquadrada como uma professora. Seja do curso primário até a faculdade. Eu fui professora de faculdade, fiquei só dois anos e larguei também. Não gosto de dar aula. (Dinorah do Carmo)

A “finalizada” inserção da mulher no magistério, assim como no jornalismo, é um processo marcado por lutas, “enfrentamento, negociações e assujeitamentos” (MUNIZ, 2005). De acordo com ROCHA (2004), a profissionalização do jornalismo, iniciado nos anos 1930; a criação de associações e sindicatos; a exigência do diploma (questão que até hoje suscita calorosos debates e recursos judiciais), a divisão do trabalho por editorias e as inovações tecnológicas foram benéficos às mulheres, pois a escolha passou a ser feita pelo nível de preparo do candidato e não mais por gêneros, equiparando a competição dentro das redações.



No entanto, não foi tão fácil, principalmente em relação às editorias. Nos três depoimentos fica claro que não era em todas as editorias que mulheres poderiam trabalhar:

A imprensa era dominada pelos homens, mas tinham jornalistas mulheres, algumas até amigas minhas, que foram contratadas antes de se formarem. Nós tínhamos liberdade para trabalhar, mas tinham restrições, por exemplo as editorias que mulher não pisava: esporte, polícia, política e economia. Essas quatro áreas eram predominantemente masculinas. (...) Existia discriminação, não posso falar que não existia. Não entrava jornalista mulher em determinados cadernos. (Hélia Ventura)

Não era muito comum mulher em jornalismo, eram poucas. Havia sim, mas eram poucas. Nós notávamos certa resistência dos homens em relação a nós. Alguns editores não, como: Geraldo Magalhães, que foi o editor do segundo caderno. Ele nos dava total apoio, tanto que absorvia muitas mulheres. Agora, outros jornalistas. Os homens ficavam fazendo comentários e cochichos quando nós passávamos pra ir até a editoria do Geraldo Magalhães. Eu lembro disso como se fosse hoje. Depois foi melhorando. (...) a gente era uma fruta rara no meio dos homens, principalmente, na área econômica. Como repórter eu cobri quase todas as editorias com competência e brilhantismo. Só não cobri polícia e esporte por opção minha. Eu nunca fui ligada muito aos esportes, principalmente futebol, não gosto. Editoria de polícia, eu achava pesado. Eu sou uma pessoa muito sensível. Então, eu não quis conviver com o lado da miséria humana, das tragédias, das violências. Queria me preservar disto. Eu estava do lado de lá, eu gostava era da arte. Qualquer segmento da arte me atraía. Tanto que eu fazia matéria em todos os aspectos: era matéria de música, de teatro, de literatura, de artes plásticas, de dança, de artesanato, tudo isso pra mim é arte.  
(Dinorah do Carmo)

Quando eu entrei no *Dário de Minas*, tinha três mulheres na redação: Regina Neves, que está em São Paulo. Nilza Helena, que trabalhava na editoria de esportes. Além de mulher, trabalhava na editoria de esportes. (...) e tinha uma outra moça que tinha uma coluna religiosa. Ela era muito séria. Até hoje, ela ainda trabalha em coluna sobre religião. (...) Eu me lembro, quando ainda estava no sindicato, que algumas redações tinham poucas mulheres. Algumas redações só tinham homens, tipo a sucursal do *Estado de São Paulo*, que funcionava em frente ao sindicato, só trabalhava homem. (Genoveva Ruisdias)

Sobre os postos de trabalhos “disponíveis” às mulheres, ROCHA (2004) afirma que as mulheres estão concentradas nos seguintes setores: revista, extra-redação, televisão e agências de notícias:

Nos setores mais tradicionais, impresso e rádio, o número de profissionais mulheres é menor. (...) No jornalismo, os cargos administrativos são ocupados, em sua maioria, por profissionais

masculinos. A mulher jornalista ainda permanece mais tempo ocupando o mesmo cargo em comparação ao profissional do sexo masculino (ROCHA, 2004, p. 98)

Estes são casos de discriminação velada. Em que dá-se a abertura, mas com restrições. Abre-se o mercado de trabalho às mulheres, não enquanto mulheres, mas enquanto diferentes. “A profissão e a carreira são ancoradas, de certa forma, em seus corpos, e não em sua capacidade” (SWAIN, 2005, p.338). Ainda hoje notamos ranços nas relações de gênero. No encontro com Dinorah do Carmo, por exemplo, antes do início da entrevista, porém com o gravador ligado, uma situação um tanto curiosa, inclusive por se tratar de uma pesquisa sobre as relações de gêneros, chamou a atenção: a colaboradora perguntava por que as pessoas falam alto ao celular. Neste momento, um entregador de gás, que passava pelo corredor no momento, ouviu e disse: “*Mulher é assim mesmo*”. Se referindo à mulher que falava ao celular do lado externo do prédio. Antes de terminar a frase, a depoente respondeu: “Não é por ser mulher não. Não tem nada a ver. Você está muito machista.” Então, o rapaz, aos risos, tentou contornar a situação: “*Eu sabia que ela iria falar isso*”. Dinorah retrucou: “Machão! Os homens também gritam”. São brincadeiras deste tipo que ainda dão margem para que mulheres sejam discriminadas em seu trabalho, em sua casa e de forma geral, na sociedade. Nas palavras de SWAIN:

Tudo que é repetido, ensinado, reiterado, afirmado, passa ao domínio da evidência, da tradição, dos costumes, da norma: torna-se ‘natural’, envolve e modela os indivíduos segundo a expressão dos valores que circulam naquela sociedade, naquele tempo. Não perdem, porém, seu caráter histórico, construído, apesar de ser distribuídos como ‘verdades’ religiosas, científicas, ‘naturais’. (SWAIN, 2005, epílogo)

Exemplos claros de discriminação também foram assuntos recorrentes nos depoimentos, seja na relação com colegas de trabalho ou na relação com as fontes a serem entrevistadas. Hélia Ventura revelou em sua narrativa um caso de assédio e outro de discriminação explícita. O caso de assédio foi durante uma entrevista com um médico:

[...] e o médico como era muito amigo do pessoal do jornal, pediu para eu lhe mostrar a matéria antes de sair publicada. E eu tinha que fazer umas fotos do médico também, porque quando fiz a entrevista não fiz fotos. Então, eu fui fazer as fotos e levei matéria para ele poder ler, pois era uma matéria muito complexa, relação paciente-médico. Ele era um figurão, do alto escalão da medicina, da associação médica. Esse médico me ligou às sete horas da noite, depois que eu já tinha saído do trabalho. Eu trabalhava até às sete. Ele só tinha disponibilidade nesse horário. Na última hora, o fotógrafo



não pôde ir, eu fui sozinha. Cheguei ao consultório dele, atrás da Santa Casa, entrei dentro da sala, não era consultório, era uma “salona”. Tinha uma secretária, mas depois que entrei não vi se a secretária estava lá. Quando ele acabou de ler a matéria, ele me agarrou. Ele era um homem enorme. Como eu estava totalmente desarmada, ele me jogou em cima da maca e veio para cima de mim. Então, eu tive a força total. Peguei o pé e empurrei-o na barriga, ele caiu no chão. Foi uma cena grotesca. Eu saí correndo com medo desse homem me estuprar, é lógico. Quando cheguei à sala da secretária, ela já tinha ido embora. Mas eu não achava a saída. A sala era um labirinto. Até que cheguei ao *hall*, onde estava o elevador para a saída. Eu saí tão arrasada. (Hélia Ventura)

Mesmo indignada, Hélia Ventura decidiu não denunciá-lo à polícia ou aos chefes, pois ficou com receio de que o fato atrapalhasse sua carreira. Em outros dois casos, Hélia Ventura narrou: a desconfiança do diretor de uma financeira sobre sua capacidade em escrever matérias de análises econômicas e o assédio dos próprios colegas de redação. Tais situações confirmam que as redações belo-horizontinas não estavam preparadas para receber as mulheres:

Uma vez, fui fazer uma matéria com o diretor, presidente de uma financeira, que mexia com mercado imobiliário. Essa empresa até já fechou. O dono da empresa foi me atender. Na hora que ele me viu, ele desconcertou-se. Ele falou assim: “*Como é que pode. Eles me falaram que iam mandar um repórter, mas mandaram uma mulher?*”. Eu não fiquei aborrecida com ele, mas fiquei na defensiva. Eu falei assim: Eles mandaram uma mulher, porque é um assunto que eu domínio, que eu trabalho. Ele falou assim: “*Ah não! Uma moça não vai escrever sobre isso. Vamos fazer o seguinte, eu vou escrever tudo e depois você copia*”. Eu falei: Não pode ser assim. Eu tenho que fazer uma entrevista com o senhor, porque, talvez, o que o senhor vai escrever não é aquilo, exatamente, que vou precisar. Até posso aproveitar, mas o senhor não vai fazer para mim. Ele disse: “*Ah minha filha! Mas você é uma mulher. Você não vai saber escrever sobre isso*”. Eu falei assim: Vamos fazer uma experiência, eu vou fazer a matéria ela vai sair publicada, se o senhor achar que a matéria não foi fiel ao que o senhor quis dizer, nós temos uma Lei de Imprensa. Ela recorre ao jornal e o jornal vai retratá-lo. (...) Então, eu discuti com ele. Com muita dificuldade, ele aceitou que eu fizesse a matéria. (...) Os colegas nossos mais novos ficavam afim de... meter a mão em nós. Chamar para sair, queria jantar, jantar entre aspas. Não respeitavam. Tinha pessoas mais ousadas que, às vezes, você estava trabalhando, e isso aconteceu comigo, e passavam a mão em você. Não respeitavam. Quero deixar claro que eles tinham dificuldade em lhe dar com a mulher dentro da redação. Eles não achavam, nunca, que você estava ali para trabalhar. Eles achavam que você estava trabalhando, mas que você podia fazer outro trabalho. Para mim foi muito interessante, um marco de minha conduta. Para mostrar que eu sou uma trabalhadora como outra qualquer, eu sou uma jornalista, eu tenho profissão, e esse lugar aqui, é lugar de trabalho. Eu não estou



aqui para fazer outras coisas, estou aqui para trabalhar, minha vida particular é outra história. Assim que eu comecei e assim que me conduzi durante toda a minha vida. (Hélia Ventura)

Dinorah do Carmo também rememorou um caso de discriminação. No entanto, Dinorah afirmou não saber se foi maltratada por ser da imprensa ou por ser mulher. Afinal, o país atravessava um regime ditatorial, em que a imprensa foi vigiada e coagida pelo Estado<sup>5</sup>:

Teve um médico, chamado Romeu Imbraim, hematologista do Hospital Felício Rocho. Nunca esqueço o nome dele. Um homem reacionário, grosseiro, inseguro, com medo de falar as coisas... Começou a me maltratar. Eu não aceitei e briguei com ele. Cheguei ao jornal e ele tinha pedido a minha cabeça para Seu Costa, diretor de redação. Seu Costa disse assim: “*Mas o que é isso? O que aconteceu? Ela é minha melhor repórter. Não vai sair daqui não*”. E chamou o Ruy de Almeida, o diretor-superintendente, para saber o que tinha ocorrido. A essa altura, eu já tinha contado para o Eustáquio, que era meu chefe imediato, chefe de redação, e depois para o Ruy o que o médico tinha feito comigo: “*Me humilhou, me tratou mal...*”. Eu estava fazendo uma matéria sobre hematologia, sangue. Romeu Imbraim, nunca esqueci o nome dele. Me denunciou, fez futrica e ainda por cima pediu para me dispensar. Mas no fim tudo ficou esclarecido. Agora, uma coisa que eu sempre fiz! Eu preferia bater de frente a me calar, porque no jornalismo, sempre houve duas posturas... Eu lembro de um jornalista, que não vem ao caso falar o nome, que até morreu recentemente, dizer: “*Não briguem com a fonte, vinguem na hora da matéria. Desprestigia, fala menos, ironiza*”. Era a orientação que nos passava nos tempos do *Estado de Minas*. Eu não trabalhava com ele. Ele era da editoria de cidade. Eu nunca quis ter essa postura. Eu preferia brigar com a pessoa na hora e não levar desaforo pra casa. Assim, quando eu fosse fazer a matéria, eu não tava recalçada ressentida e eu podia fazer uma matéria acima de qualquer suspeita, separando as coisas e não me deixando levar pela vingança. (Dinorah do Carmo)

Em um dos relatos mais surpreendentes no que se refere às sutilezas nas relações de gênero, Genoveva Ruisdias disse nunca ter sofrido discriminação. Que tudo na redação não passava de brincadeira e cortesia dos homens para com as mulheres, pois elas eram muito belas:

Agora, eu nunca tive nenhum problema de preconceito. Pelo contrário, eu não sei se é porque nós éramos muito jovens e muito bonitas, nós éramos muito festejadas nas redações. (...) A gente recebia flores na redação. Algumas matérias, o editor sabia que se mandasse uma mulher eles iam conseguir alguma coisa, eles

---

<sup>5</sup> Ver: KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988*. São Paulo, Boitempo, 2004; MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira. 1968-78*. São Paulo: Global, 1980.



mandavam. Tinha um delegado da Polícia Federal que quem entrevistava era eu, porque eu conseguia tirar matéria dele. Ele me dava furo de reportagem pelo fato de eu ser mulher, de eu ser jovem e ser bonita. Então, esse tipo de coisa tinha. Nunca senti nenhum tipo de discriminação. Gostava muito da profissão, sempre tive bons chefes e boas lideranças na redação. Nunca tive nenhum problema. (Genoveva Ruisdias)

Também neste caso, observa-se um ato de discriminação. Em primeiro lugar, no uso da mulher para a obtenção de matérias. Em um segundo momento, o fato de terem tratamento diferenciado por serem mulher. No entanto, no fim do depoimento ela revelou uma situação de discriminação de fato ocorrida durante uma matéria para o jornal do Sindicato dos Jornalistas sobre o porquê de algumas redações em Belo Horizonte não admitir mulheres. Um dos locais visitados foi a sucursal do jornal *Estado de São Paulo*, onde Genoveva Ruisdias conversou com o chefe da sucursal:

E eu lembro que eu fui fazer uma matéria, ouvindo as redações. Era uma matéria sobre a mulher na redação. Por que as mulheres não eram contratadas por determinadas redações. Então, eu conversava com as chefias de reportagens e todos eram extremamente discriminatórios. Eu lembro que eu conversei com o chefe de redação do *Estado de São Paulo*. E falei assim: “Escuta eu queria saber por que não tem nenhuma mulher trabalhando na redação?” Ele falou assim: “*Não sei. Realmente não tem mesmo. Eu não conheço quase jornalista nenhuma. Só conheço aquelas meninas da TV Globo, você, a Elma...*” E começou a citar o nome das mulheres jornalistas que ele conhecia. Que por sinal, ele conhecia muito pouco. Segundo ele, não conhecia nenhuma profissional que valesse a pena contratar. E no final da entrevista disse: “*Você sabe por que tem um mata-burro aqui na porta da sucursal? E para não entrar nenhuma mulher*”. Eu respondi: “*Mais burro que você está difícil.*” Então, ele ficou um tempo brigado comigo. Então, em termos de discriminação, existia algum tipo de discriminação sim. Uns que tentavam desconhecer que existia mulher trabalhando na profissão e outros que achavam que a gente estava no lugar errado. (Genoveva Ruisdias)

Narrativas de discriminação como estas, tanto dos colegas de profissão como das fontes entrevistadas, mostram não somente a falta de preparo dos homens para receber as mulheres nas redações, mas a falta de consentimento social em aceitar a mulher em determinados setores. Durante a década de 1970, as redações eram dominadas pela presença masculina. No entanto, a presença da mulher em certas funções transpunha o pacto social - a Constituição de 1967 era clara ao dizer que estava proibido a discriminação por gênero.

Apesar dessas infinidades de barreiras, as mulheres conquistaram e estão conquistando espaço, não só no jornalismo, mas em incontáveis setores historicamente masculinos. Giddens



(1993), defende que está ocorrendo uma mudança nas relações entre os gêneros, e a mulher vem conquistando um espaço maior na sociedade. Porém, ROCHA (2004) reconhece:

O processo de feminização no jornalismo não foi um movimento isolado, ao contrário, ele está inserido no contexto nacional de transformação e introdução da mulher classe média no mercado de trabalho, um processo que se iniciou, no Brasil, no século passado. É consequência das transformações econômicas e políticas do país. Ele caracterizou toda mudança social de valores e costumes. (ROCHA, 2004, p. 80)

As colaboradoras, apesar de certos empecilhos, tiveram trajetórias sólidas em grandes veículos de comunicação de Minas Gerais e do Brasil. Hélia Ventura foi a entrevistada que mais sofreu discriminação. Ela iniciou sua carreira com um estágio na própria universidade, editando um boletim para o Instituto de Pesquisa Econômica – Ipead. Com o termino desse estágio, alertada pelo professor foi ao jornal *Estado de Minas* tentar uma vaga na redação. Entretanto, antes de tentar a vaga recebeu ressalvas do professor avisando-a sobre a preferência do jornal por homens:

Achei muito engraçado o que ele falou conosco na sala de aula: “*No Estado de Minas, estão precisando de estagiário, mas já avisaram que não querem mulher*”. Só de ouvir aquela discriminação, eu falei assim: Ah! Eles não querem mulher! “*Eles não querem, mas não barram. Eles preferem homem*”. Mesmo assim eu fui com meu caderninho debaixo do braço, minha pastinha e me apresentei como candidata. (...) Devia ter umas três mulheres para nove homens. (...) Eu fui sabendo que eles não queriam mulher, mas eu pensei: Por que não mulher? Eu tinha que vencer essa barreira, porque se eu pretendia trabalhar na área, não podia aceitar a primeira barreira. (Hélia Ventura).

Hélia Ventura venceu essas barreiras. Ela foi tão bem aceita no jornal que ficou lá cerca de 40 anos - na editoria de economia, consideradas uma “editoria masculina”. Além de ser a segunda mulher a pisar na redação do *Diário da Tarde* (do mesmo grupo do *Estado de Minas*) como repórter, entre suas facetas está a cobertura da inauguração da Fiat e, mais no fim da carreira o auge, Hélia Ventura tornou-se subeditora de economia do *Estado de Minas*, posto no qual se aposentou.

Outra mulher ligada aos assuntos econômicos foi Dinorah do Carmo. Segundo a colaboradora ela foi a segunda repórter de economia de Belo Horizonte, isso no *Diário de Minas*, jornal já extinto, na época, principal concorrente do *Estado de Minas*. :

Eu fui a segunda repórter econômica. Havia outras mulheres repórteres, mas noutras áreas, editoria de cidade e editoria de cultura. Na área econômica, eram só homens. A primeira repórter em economia, aqui em Belo Horizonte, foi a Marlene Catarina, que se formou dois anos antes de mim. (...) Depois fui eu. Em seguida a mim, veio a Beth Catau pelo *Jornal de Minas*. Ela também cobria economia. (Dinorah do Carmo)

No entanto, Dinorah do Carmo teve outras experiências dentro do jornalismo. Juntamente com o jornal *Diário de Minas* e já mencionada crítica de teatro no *Estado de Minas*, Dinorah passou pelo jornal *Hoje em Dia*, pelo *Jornal de Casa*, pela revista *Manchete*, pela revista *Mercado Comum* e pela *TV Vila Rica* que, futuramente, tornaria-se a *TV Bandeirantes*.

Genoveva Ruisdias formou-se na primeira turma de jornalismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Como ela gosta de chamar: “a turma de 69”. Apesar de ter passado, como as colegas de profissão, por veículos consagrados (*Diário de Minas*, *TV Globo*, *Correio Brasiliense* e *Diário do Comércio*), teve uma história muito próxima à função de assessoria de imprensa, editou a revista *Informe Agropecuário* para a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig (empresa que deu origem à Embrapa). Posteriormente, foi para Brasília e trabalhou como assessora no Ministério da Indústria e Comércio. Com a extinção do Ministério, foi ser editora do *Diário Oficial da União*. Ainda em Brasília, no *Correio Brasiliense*, pois trabalhava à noite no jornal, foi repórter do Caderno Mulher, um suplemento semanal sobre as conquistas femininas. Atualmente, Genoveva Ruisdias, apesar de aposentada como Hélia Ventura e Dinorah do Carmo, é a única que mantém elos com o jornalismo. Ela edita uma revista para a Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem - a revista *Irrigação e Tecnologia Moderna* que tem periodicidade trimestral.

A explicação para a inserção da mulher no jornalismo e em outros setores, mesmo os de predominância masculina, é, além das transformações sociais e do esforço pessoal, a necessidade da rápida expansão dos setores de serviços. Sobre a questão salarial, Genoveva Ruisdias observou:

Ainda hoje você pega as estatísticas e vê mulheres exercendo a mesma função dos homens e recebendo salário menor. Não sei se é pelo fato da profissão de jornalista estar tão desconsiderada ou se é porque a mulher sempre ganhou menos que o homem mesmo. (Genoveva Ruisdias)



Segundo indicadores do IBGE (2003), apesar do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, os salários ainda são destoantes. Uma mulher branca recebe 40% a menos do que um homem branco. Em relação às mulheres negras, a diferença é de 60%, somando à questão de gênero a questão racial. Em todas as regiões do país, 71,3% das mulheres recebem até dois salários mínimos, contra 55,1% dos homens. (BANDEIRA; BITTENCOURT, 2005).

Existe uma discrepância entre a média salarial das mulheres em comparação com os homens. A mulher com curso superior recebe o equivalente ao profissional do sexo masculino que possui o segundo grau (ROCHA, 2004). Intrínseco e contraditório à questão dos proventos, está a jornada de trabalho: “a jornada de trabalho dos jornalistas, de acordo com Decreto-Lei 910, de 30 de novembro de 1938, era de cinco horas, tanto de dia como de noite, e mais duas horas contratuais, com folga semanal” (RIBEIRO, 1998). No entanto, as colaboradoras relataram casos de excesso de trabalho, mesmo antes de se formarem.

Eu estudava pela manhã, comecei a trabalhar no *Diário de Minas* à tarde e passei a dar aula à noite. Então, eram os três horários ocupados. (Genoveva Ruisdias)

Quando me formei, comecei a exercer função de assessoria de imprensa dentro do serviço público de manhã. Na parte da tarde, ia para o jornal, onde realizei meu ideal de ser crítica de teatro. (...) eu trabalhei muito. Passei a vida toda trabalhando quase 20 horas por dia. (Dinorah do Carmo)

MEDEIROS (2000) ao pesquisar as relações de trabalho em sua tese de doutorado, confirmou que a mulher está conquistando o seu espaço, mas, no entanto, ainda sofre com desvantagens, entre elas a jornada de trabalho e a remuneração desigual. Ainda em relação à jornada de trabalho, esse excesso interfere nas relações sociais dessas mulheres, inclusive na relação com a família. Hélia Ventura elucida bem o assunto ao narrar o protesto dos filhos diante da sua ausência, o casamento com um jornalista da redação e a constante ida dos filhos ao jornal:

Eu entrava para a redação de manhã e saía à noite, não via o tempo passar. Meus filhos foram criados sozinhos. Eu ficava longe deles. Até hoje eles falam: “*Nossa mãe nunca tivemos um natal em família*”. (...) Acabei casando no jornal. Conheci meu ex-marido dentro do jornal. Criei meus filhos dentro do *Estado de Minas*. (Hélia Ventura)



Observa-se as duplas ou triplas jornadas de trabalho, “a desaprovação implícita que as persegue por se afastarem de suas tarefas naturais, por quebrarem a ordem de uma divisão de trabalho tradicional” (SWAIN, 2005, p.348). Genoveva Ruisdias vai mais além, para ela a dedicação à profissão fez com que a sua geração de jornalistas mulheres não tivessem perspectivas concretas de relacionamentos afetivos. Em outras palavras, o excesso de horas trabalhadas e dedicação para igualar-se ao homem limitaram os relacionamentos pessoais. Dinorah do Carmo justifica o excesso de trabalho como “uma necessidade para que as mulheres fossem notadas com o mesmo valor que os homens”:

Eu não me casei, porque eu sou de uma geração de mulheres que não acreditam em casamento, não querem ter família e não querem compromisso. A minha geração, a geração de mulheres jornalistas tem uma característica muito interessante: elas têm um companheiro e um filho, ou um filho, ou não tem filho nenhum (risos). (...) Ou então, casaram um determinado período e são separadas. (...) nós somos uma geração que não acredita em família e em relacionamentos de longo prazo. Ou investimos muito na profissão e nos esquecemos dessa parte. (Genoveva Ruisdias)

A gente tinha que trabalhar dobrado e mostrar serviço em dobro para mostrar que tínhamos a mesma capacidade dos homens. (Dinorah do Carmo)

Neste sentido, BANDEIRA e BITTENCOURT (2005) abordaram a transversalidade de gênero<sup>6</sup>, em que discute a adoção de políticas públicas pelo Estado como forma de garantir direitos iguais entre homens e mulheres:

(...) [garantir] a incorporação da melhoria do status das mulheres em todas as dimensões da sociedade – econômica, política, cultural, e social, com repercussões nas esferas jurídicas e administrativas, incidindo em aspectos como a remuneração, a segurança social, a educação, a partilha de responsabilidades profissionais e familiares e a paridade nos processos de decisão. (BANDEIRA; BITTENCOURT, 2005, p. 172)

---

<sup>6</sup> Ver: SWAIN, Tânia Navarro; MUNIZ, Diva do Couto Gontijo (Org.). *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: Ed. Pucminas, 2005.



### 3 . Considerações finais

Neste trabalho de *história oral de vida* com mulheres jornalistas que atuaram na imprensa belorizontina, foi possível perceber as dificuldades destas profissionais no mercado de trabalho. A discriminação, o assédio, a pressão da sociedade patriarcal, o mito da pureza feminina, dentre vários argumentos, privaram essas mulheres de estabelecerem-se plenamente em certos setores da profissão. No entanto, independentemente, se essa inclusão deu-se por questões econômicas, sociais, culturais, ou ainda, pela profissionalização da profissão e pelo aumento no número das universidades, é fato que um ímpeto destas mulheres jornalistas foi decisivo, se não para uma aceitação, pelo menos para uma melhor compreensão da sociedade, em especial dos homens.

Nas entrevistas empreendidas, observa-se a ascensão das mulheres jornalistas. Dinorah do Carmo afirmou que o reconhecimento das mulheres na profissão veio pouco a pouco, uma vez que as mulheres sempre estavam em segundo ou terceiro plano. Segundo a colaboradora, a admissão das mulheres jornalistas foi um coroamento de lutas e de conquistas. Dinorah descreve que o ponto máximo da conquista foi em 1999, quando, com o apoio de jornais e de inúmeros homens jornalistas, ela tornou-se a primeira mulher a ser presidente do Sindicato dos Jornalistas e da Casa do Jornalista de Minas Gerais:

Quase 30 anos depois do início da minha carreira, chego à presidência do sindicato. Eu sempre fui uma militante sindical muito assídua e constante. Fui diretora do sindicato e da casa do jornalista. (...) Então, de 1975 a 1999, fui militante sem parar um mês, a não ser para tirar férias. 24 anos depois do início da minha militância sindical, me tornei presidenta. As coisas já estavam muito mudadas a tal ponto que, quando lançaram meu nome, principalmente o Diário do Comércio, que foi uma das bases que me quiseram, juntamente com o *Estado de Minas*, onde eu pedi apoio ao Dídimo Paiva; todo mundo bateu palma, principalmente os homens. Mudou muito a concepção em relação as mulheres. Eles passaram a nos respeitar. (Dinorah do Carmo)

Para SIMONE DE BEAUVOIR (1992), somente as que têm um credo político, as que militam nos sindicatos, as que confiam no futuro, podem dar um sentido ético às ingratas fadigas quotidianas. Assim, a pesquisa evidenciou duas militantes e defensoras das causas femininas e dos profissionais do jornalismo: Dinorah do Carmo - que atuou como presidente do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais - e Genoveva Ruisdias que por duas vezes foi diretora do mesmo Sindicato. A partir da análise de BOURDIEU (1999), é possível afirmar



que apesar das mudanças emergentes na sociedade ocidental contemporânea e das conquistas femininas no campo profissional, econômico, político e social, ainda predomina a dominação masculina. No entanto, “os sujeitos humanos são sujeitos políticos e se os comportamentos sociais são aprendidos, podem ser modificados” (SWAIN, 2005, p.348-49). A inserção das mulheres em determinados postos e campos de trabalho “tende a modificar o imaginário que as discrimina.

### **Referências Bibliográficas**

BANDEIRA, Lourdes; BITTENCOURT, Fernanda. *Desafios da transversalidade de gênero nas políticas públicas brasileiras*. In: SWAIN, Tânia; MUNIZ, Diva. (Org.). *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: Ed. Pucminas, 2005.

BESSE, Susan. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. São Paulo: Nova Fronteira, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.

FERREIRA, Marieta Moraes, AMADO, Janaina (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GIDDENS, Anthony. *As transformações da intimidade*. São Paulo: UNESP, 1993.

LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1996.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988*. São Paulo, Boitempo, 2004.

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira. 1968-78*. São Paulo: Global, 1980.

MEDEIROS, S. M. de. *As novas formas de organização do trabalho na terceira revolução industrial e a força de trabalho em saúde*. Ribeirão Preto: USP/ Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, 2000 (Tese de doutorado).

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.



MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Mulheres, trabalho e educação: marcas de uma prática política*. In: SWAIN, Tânia Navarro; MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. (Org.). *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: Ed. Pucminas, 2005.

NEVES, Lucília de Almeida. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

POLLACK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, p.3-15, 1989.

PUGLIESI, M.M. *A feminização na magistratura trabalhista: um estudo sobre o aumento da participação feminina na carreira*. São Carlos: UFSCar, 1999.

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. *Visões e Perspectivas*: documento em História Oral. *Oralidades: Revista de História Oral*, v. 2, p. 151-161, 2007.

RIBEIRO, J.H. *Jornalistas: 1937 a 1997, história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais) câmeras e microfones*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1998.

ROCHA, Paula Melani. *As mulheres jornalistas no Estado de São Paulo: o processo de profissionalização e feminização da carreira*. São Carlos: UFSCar, 2004 (Tese de doutorado).

SWAIN, Tânia Navarro; MUNIZ, Diva do Couto Gontijo (Org.). *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: Ed. Pucminas, 2005.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*: História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

## **ENTREVISTAS EM HISTÓRIA ORAL DE VIDA**

CARMO, Dinorah do. *Entrevista concedida em 7 de outubro de 2008*. Acervo: Laboratório de Memória Histórica/LAMH, Centro Universitário Newton Paiva.

RUIDIAS, Genoveva. *Entrevista concedida em 7 de outubro de 2008*. Acervo: Laboratório de Memória Histórica/LAMH, Centro Universitário Newton Paiva.

VENTURA, Hélia. *Entrevista concedida em 17 de setembro de 2008*. Acervo: Laboratório de Memória Histórica/LAMH, Centro Universitário Newton Paiva.